

CONHECIMENTOS GERAIS

*Analista Judiciário – Área Judiciária
Oficial de Justiça Avaliador Federal*

LÍNGUA PORTUGUESA

Duda Nogueira

PARTE I – EDITAL SISTEMATIZADO	57
1. Apresentação.....	57
2. Edital Sistematizado.....	57
PARTE II – FONOLOGIA	59
1. Introdução	59
2. O alfabeto	59
3. Emprego das letras K, W e Y	59
4. Emprego de X e CH	60
4.1. Emprega-se o X	60
4.2. Emprega-se o dígrafo CH.....	60
5. Emprega-se o G.....	60
6. Emprega-se o J.....	61
7. Emprego das letras S e Z	61
7.1. Emprega-se o S.....	61
7.2. Emprega-se o Z	61
8. Emprego de S, Ç, X e dos dígrafos SC, SÇ, SS, XC, XS.....	62
8.1. Emprega-se o S.....	62
8.2. Emprega-se Ç.....	62
8.3. Emprega-se o X.....	62
8.4. Emprega-se SC	62
8.5. Emprega-se SÇ	62
8.6. Emprega-se SS.....	63
8.7. Emprega-se o XC e o XS	63

9.	Emprego das letras E e I.....	63
9.1.	Emprega-se o E.....	63
9.2.	Emprega-se o I.....	63
10.	Emprego das letras O e U.....	64
11.	Emprego da letra H.....	64
11.1.	Emprega-se o H.....	64
12.	Em concursos.....	64
12.1.	Emprego dos porquês	64
12.2.	Mal e mau.....	65
12.3.	Viagem e viagem.....	65
12.4.	Cessão, sessão e seção (ou secção).....	65
12.5.	Onde e aonde	65
12.6.	Se não e senão.....	65
12.7.	Tão pouco e tampouco	66
12.8.	De encontro a e ao encontro de	66
12.9.	Em vez de e ao invés de	66
12.10.	Acerca de, a cerca de e há cerca de.....	66
12.11.	Mas e mais.....	66
12.12.	A fim e afim.....	67
12.13.	SE QUER e SEQUER.....	67
CAPÍTULO 2. ACENTUAÇÃO.....		69
1.	Introdução	69
2.	Regras de acentuação gráfica.....	69
2.1.	Proparoxítonas	69
2.2.	Paroxítonas	69
2.2.1.	Observações.....	70
2.3.	Oxítonas.....	70
2.4.	Monossílabos.....	70
2.4.1.	Monossílabos Tônicos.....	70
2.4.2.	Monossílabos Átonos	71
2.4.3.	Observações.....	71
2.5.	Regras Especiais.....	71
2.5.1.	Ditongos abertos.....	71
2.5.2.	Hiatos.....	71
2.5.3.	Verbos TER e VIR.....	72
CAPÍTULO 3. REFORMA ORTOGRÁFICA.....		73
1.	Mudanças no alfabeto.....	73
2.	Trema.....	73

3. Mudanças nas regras de acentuação.....	73
4. Uso do hífen com compostos.....	75
5. Uso do hífen com prefixos.....	75
5.1. Casos particulares.....	76
5.2. Outros casos do uso do hífen.....	76
PARTE III – MORFOLOGIA.....	79
1. Definição.....	79
1.1. Em Concursos – Morfossintaxe.....	79
2. Classificação do Substantivo.....	79
2.1. Substantivos Comuns e Próprios.....	79
2.2. Substantivos Concretos e Abstratos.....	80
2.2.1. Em Concursos.....	80
3. Formação do Substantivo.....	80
3.1. Substantivos Simples e Compostos.....	80
3.2. Substantivos Primitivos e Derivados.....	80
4. Flexão do Substantivo.....	80
4.1. Flexão de Gênero.....	80
4.1.1. Substantivos Biformes e Substantivos Uniformes.....	80
4.1.2. Epicenos.....	81
4.1.3. Sobrecomuns.....	81
4.1.4. Comuns de dois gêneros.....	81
4.1.5. Formação dos Substantivos Biformes e Uniformes.....	81
4.1.5.1. Substantivos Biformes.....	81
4.1.5.2. Uniformes.....	82
4.2. Flexão de Número do substantivo.....	82
4.2.1. Plural dos Substantivos Simples.....	82
4.2.2. Plural dos Substantivos Compostos.....	83
4.2.3. Plural das Palavras Substantivadas.....	84
4.2.4. Plural dos Diminutivos.....	84
CAPÍTULO 2. ADJETIVO.....	85
1. Definição.....	85
1.1. Em Concursos – Morfossintaxe.....	85
2. Classificação do adjetivo.....	85
3. Formação do adjetivo.....	85
3.1. Simples e Composto.....	85
3.2. Primitivo e Derivado.....	85
4. Adjetivo pátrio.....	86
5. Locução adjetiva.....	86

6.	Flexões do adjetivo.....	86
6.1.	Flexão de gênero.....	86
6.1.1.	Adjetivos Uniformes e Biformes.....	86
6.2.	Flexão de Número.....	86
6.2.1.	Plural dos Adjetivos Simples.....	86
6.2.1.1.	Em concursos.....	86
6.2.2.	Plural dos Adjetivos Compostos.....	87
6.2.2.1.	Em concursos.....	87
6.3.	Flexão de Grau.....	87
6.3.1.	Grau comparativo.....	87
6.3.1.1.	Em concursos.....	87
6.3.2.	Grau superlativo.....	88
CAPÍTULO 3. ARTIGO.....		89
1.	Definição.....	89
2.	Classificação do artigo.....	89
3.	Combinação do artigo.....	89
4.	Emprego do artigo.....	89
4.1.	Em Concursos – Pegadinha de CESPE.....	91
CAPÍTULO 4. NUMERAL.....		93
1.	Definição.....	93
2.	Classificação do numeral.....	93
3.	Leitura dos numerais.....	93
4.	Emprego dos numerais.....	94
CAPÍTULO 5. PRONOME.....		97
1.	Introdução.....	97
2.	Definição.....	97
3.	Pronome adjetivo e substantivo.....	97
4.	Classificação dos pronomes.....	97
4.1.	Pronome pessoal.....	97
4.1.1.	Em Concursos.....	98
4.1.2.	Emprego dos Pronomes Pessoais.....	98
4.2.	Pronomes de tratamento.....	99
4.2.1.	Em concursos.....	103
4.3.	Pronome possessivo.....	103
4.3.1.	Morfossintaxe do Pronome Possessivo.....	103
4.3.2.	Em Concursos.....	104
4.4.	Pronome Demonstrativo.....	104
4.4.1.	Emprego do Pronome Demonstrativo.....	104

4.5.	Pronome Relativo	105
4.5.1.	Emprego do Pronome Relativo	105
4.6.	Pronome Indefinido	107
4.6.1.	Em concursos.....	107
4.7.	Pronome Interrogativo.....	107
5.	Colocação Pronominal	108
6.	Próclise.....	108
7.	Mesóclise.....	108
8.	Ênclise.....	109
9.	Em locuções verbais.....	109
CAPÍTULO 6. VERBO		111
1.	Introdução	111
2.	Definição	111
3.	Classificação verbal	111
3.1.	Defectivos	112
3.2.	Abundantes	112
3.3.	Anômalos	113
3.3.1.	Em concursos.....	114
3.4.	Auxiliares	114
3.5.	Pronominais	114
3.5.1.	Conjugação	115
3.5.2.	Em concursos.....	115
4.	Modo verbal.....	115
4.1.	Formas Nominais.....	115
4.1.1.	Em concursos.....	116
5.	Tempo verbal.....	116
5.1.	Tempos Primitivos.....	117
5.2.	Tempos Derivados do Presente do Indicativo	118
5.3.	Tempos Derivados do Pretérito Perfeito do Indicativo.....	119
5.4.	Tempos Derivados do Infinitivo Impessoal.....	120
5.5.	Tempos Compostos.....	121
6.	Aspecto verbal	123
7.	Infinitivo pessoal e impessoal.....	123
7.1.	Emprego do Infinitivo impessoal.....	124
7.2.	Emprego do Infinitivo pessoal.....	124
8.	Voz verbal.....	125
8.1.	Voz Ativa	125
8.2.	Voz Passiva	125
8.2.1.	Passiva Analítica.....	125
8.2.2.	Passiva Sintética.....	126

CAPÍTULO 7. ADVÉRBIO	127
1. Introdução	127
2. Definição	127
3. Flexão do advérbio	127
4. Classificação do advérbio.....	127
4.1. Advérbio e locução adverbial	127
4.2. Lista dos principais Advérbios, Locuções Adverbiais e Palavras Denotativas	128
4.3. Em concursos.....	129
CAPÍTULO 8. CONJUNÇÃO.....	131
1. Definição	131
2. Classificação.....	131
CAPÍTULO 9. PREPOSIÇÃO.....	133
1. Introdução	133
2. Definição	133
3. Classificação das preposições.....	134
4. Locução prepositiva.....	134
5. Relações das preposições	134
CAPÍTULO 10. INTERJEIÇÃO	137
1. Definição	137
2. Funções.....	137
3. Formação	137
4. Classificação.....	137
PARTE IV – SINTAXE.....	139
1. Introdução	139
2. Definição	139
3. Sintaxe de oração – termos essenciais	139
3.1. Frase, oração e período	139
3.1.1. Frase	139
3.1.1.1. Tipos de frase.....	139
3.1.1.2. Construção da frase.....	140
3.1.2. Oração	140
3.1.3. Período.....	140
3.2. Termos essenciais da oração	140
3.2.1. Sujeito	140
3.2.1.1. Em concursos.....	141

3.2.2.	Predicado	142
3.2.2.1.	Predicação verbal	142
3.2.2.1.1.	Estados do verbo de ligação	143
3.2.2.1.2.	Em concursos	143
3.2.2.3.	Predicativo	143
3.2.2.3.1.	Morfossintaxe dos predicativos	144
3.2.2.4.	Classificação do predicado	144
CAPÍTULO 2. TERMOS INTEGRANTES DA ORAÇÃO		145
1.	Introdução	145
2.	Objeto direto	145
2.1.	Em concursos	145
2.2.	Objeto direto preposicionado	146
2.3.	Objeto direto pleonástico	146
3.	Objeto indireto	146
3.1.	Objeto indireto pleonástico	147
4.	Morfossintaxe dos complementos verbais	147
5.	Agente da passiva	147
5.1.	Em concursos	148
5.2.	Morfossintaxe do agente da passiva	148
6.	Complemento nominal	148
6.1.	Morfossintaxe do complemento nominal	149
7.	Diferença entre Complemento Nominal e Objeto Indireto	149
8.	Diferença entre Complemento Nominal e Agente da Passiva	150
9.	Diferença entre Complemento Nominal e Adjunto Adnominal	150
CAPÍTULO 3. TERMOS ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO		151
1.	Introdução	151
2.	Adjunto adnominal	151
2.1.	Morfossintaxe do adjunto adnominal	151
2.2.	Em concursos	151
3.	Adjunto adverbial	152
3.1.	Diferença entre adjunto adverbial e predicativo	152
3.2.	Classificação do adjunto adverbial	152
3.3.	Morfossintaxe do adjunto adverbial	153
4.	Aposto	153
4.1.	Morfossintaxe do aposto	153
4.2.	Classificação do aposto	153
4.3.	Em concursos	154
5.	Vocativo	154
5.1.	Morfossintaxe do vocativo	154

CAPÍTULO 4. PERÍODO COMPOSTO.....	155
1. Introdução	155
2. Conceitos	155
3. Coordenação	155
3.1. Assindéticas.....	155
3.2. Sindéticas.....	155
3.3. Em concursos.....	156
4. Subordinação	156
4.1. Introdução	156
4.2. Subordinada substantiva.....	157
4.2.1. Em concursos.....	158
4.3. Subordinada adjetiva.....	158
4.3.1. Classificação das subordinadas adjetivas.....	158
4.3.2. Em concursos.....	159
4.3.3. Funções sintáticas do pronome relativo.....	159
4.4. Subordinada adverbial.....	159
4.4.1. Classificação	160
4.4.2. Em concursos.....	161
4.5. Orações reduzidas.....	161
4.5.1. Classificação	161
CAPÍTULO 5. CONCORDÂNCIA	163
1. Introdução	163
2. Concordância verbal	163
2.1. Casos particulares	163
2.2. Sujeito composto	164
2.2.1. Casos particulares	165
2.2.2. Verbo + SE.....	165
2.3. Verbo SER.....	166
2.4. Verbo PARECER.....	167
2.5. Haja vista	167
3. Concordância nominal.....	167
3.1. Casos particulares	168
CAPÍTULO 6. REGÊNCIA.....	171
1. Introdução	171
2. Regência verbal	171
2.1. Verbos que apresentam uso popular em desacordo com a norma culta.....	171
2.2. Verbos que possuem mais de uma regência.....	172
2.3. Lista de verbos notáveis.....	173
3. Regência nominal	174

CAPÍTULO 7. CRASE.....	175
1. Introdução	175
2. Regra geral.....	175
3. Casos em que sempre haverá crase	175
4. Diante de nomes de lugar.....	176
5. Diante de pronome demonstrativo.....	176
6. Com pronome relativo	177
7. Com pronome demonstrativo.....	177
8. Antes da palavra distância	177
9. Crase facultativa	178
10. Não se usa crase	178
CAPÍTULO 8. PONTUAÇÃO.....	179
1. Introdução	179
2. Vírgula	179
2.1. Vírgula no interior da oração.....	179
2.2. Vírgula entre as orações.....	180
3. Ponto e vírgula	181
4. Dois-pontos.....	181
5. Ponto final.....	182
6. Ponto de interrogação	182
7. Ponto de exclamação	182
8. Reticências.....	182
9. Parênteses.....	183
10. Travessão.....	183
11. Aspas	183
12. Colchetes.....	183
13. Asterisco	183
PARTE V – COESÃO E COERÊNCIA – REESCRITURA DE FRASES.....	185
1. Introdução	185
2. Coesão referencial	185
3. Coesão sequencial	186
3.1. Paráfrase	187
3.2. Perífrase	187
4. Tipos de incoerência	187
5. Estudo dos vocábulos QUE, SE e COMO	188
5.1. A palavra QUE.....	188
5.1.1. Funções Sintáticas da palavra QUE.....	188
5.2. A palavra SE	190
5.3. A palavra COMO.....	191

PARTE VI – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO	193
1. Introdução	193
2. Tipologia textual.....	194
3. Gêneros textuais.....	195
3.1. Gêneros literários	195
3.2. Gêneros dramáticos	196
3.3. Gêneros líricos	196
4. Dicas para interpretar	196
PARTE VII – REDAÇÃO OFICIAL	197
1. Introdução	197
2. O que é redação oficial.....	197
2.1. A impessoalidade	198
2.2. A linguagem dos atos e comunicações oficiais.....	199
2.3. Formalidade e padronização.....	200
2.4. Concisão e clareza.....	201
3. As comunicações oficiais.....	202
3.1. Introdução	202
3.2. Pronomes de tratamento	202
3.2.1. Breve história dos pronomes de tratamento	202
3.2.2. Concordância com os pronomes de tratamento	203
3.2.3. Emprego dos pronomes de tratamento	203
3.3. Fechos para comunicações	205
3.4. Identificação do signatário	206
REFERÊNCIAS	206
CONTEÚDO GRAMATICAL	206
DICIONÁRIOS	207

REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Plínio Rocha

Introdução	212
Da composição, organização e competência do tribunal	212
Eleições no superior tribunal de justiça	212
Conselho de administração	213
Conselho da Justiça Federal (CJF)	213
Da competência do plenário, da corte especial, das seções e das turmas.....	213
COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA SEÇÃO (art. 24).....	214
COMPETÊNCIAS DO PLENÁRIO (art. 10).....	215
COMPETÊNCIAS DA CORTE ESPECIAL (art. 11)	215
COMPETÊNCIAS DAS SEÇÕES DO STJ (art. 12)	216

COMPETÊNCIAS DAS TURMAS DO STJ (art. 13)	216
PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO STJ	217
ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO STJ (art. 21).....	217
JUIZ INSTRUTOR (art. 21-A)	219
JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DA STJ (art. 21-B)	220
JUÍZES AUXILIARES DOS MINISTROS DO STJ (art. 21-C)	220
VICE-PRESIDENTE DO STJ (art. 22)	220
POSSE DOS MINISTROS DO STJ (art. 28).....	221
TRATAMENTO AOS MINISTROS DO STJ (art. 29)	222
CRITÉRIOS DE ANTIGUIDADE (art. 30)	222
IMPEDIMENTOS APLICÁVEIS AOS MINISTROS NA ATUAÇÃO EM SEÇÕES DO STJ.....	222
DEVERES DOS MINISTROS (art. 32).....	222
ATRIBUIÇÕES DO RELATOR (art. 34)	222
REVISOR (arts. 35 a 37).....	224
COMISSÕES DO STJ (art. 40)	224
DAS LICENÇAS, SUBSTITUIÇÕES E CONVOCAÇÕES	224
SUBSTITUIÇÕES NO STJ	224
POLÍCIA DO TRIBUNAL (arts. 57 a 59).....	225
DO PROCESSO	225
Do Registro e Classificação dos Feitos (arts. 66 e 67)	225
Da Distribuição (arts. 68 a 80)	225
REGRAS APLICÁVEIS AO PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO NO STJ	225
REGRAS APLICÁVEIS NOS CASOS DE AFASTAMENTO DOS MINISTROS.....	226
ATOS E FORMALIDADES.....	226
Ano judiciário do STJ.....	226
Inícios dos trabalhos do STJ	226
Feriados	226
Suspensão das atividades do STJ	227
Comunicação dos atos	227
Organização das pautas	227
Publicação de editais.....	227
Das Atas e da Reclamação por Erro	227
Redação e publicação do acórdão.....	228
Dos Prazos.....	228
Prazos para os Ministros e Servidores do STJ.....	229
Despesas Processuais	229
Forma de pagamento das despesas	229
Dados Estatísticos	229

DO REGISTRO E DA FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS.....	230
Conceito de precedentes qualificados.....	230
Súmula.....	230
Proposta de revisão de jurisprudência.....	230
Quórum para alteração/cancelamento do enunciado.....	230
Divulgação de jurisprudência.....	230
DAS PROVAS.....	230
Dos Documentos e Informações.....	230
Depoimentos.....	231
SESSÕES.....	231
Assentos dos Ministros do STJ e do Membro do Ministério Público.....	231
Critério de antiguidade do Juiz convocado.....	231
Horário das sessões.....	231
Distribuição antecipada de cópia do Relatório.....	231
Ordem de julgamento.....	231
Inscrição para sustentação oral.....	231
Preferência na sustentação oral.....	232
PROCESSOS QUE NÃO ADMITEM SUSTENTAÇÃO ORAL.....	232
Contagem do prazo e ordem na sustentação oral.....	232
Restituição dos autos.....	233
Sessões Solenes.....	233
Sessões do Plenário.....	233
Prioridade no julgamento da Corte Especial.....	233
Voto do Presidente.....	233
Das Sessões das Seções.....	233
Das Sessões das Turmas.....	234
Papel do Presidente da Turma.....	234
Sessões Administrativas e de Conselho.....	234
DO JULGAMENTO VIRTUAL.....	234
Recursos que Podem ser Submetidos ao Julgamento Virtual.....	234
Do Procedimento para Julgamento Virtual.....	235
DAS AUDIÊNCIAS.....	235
DOS PROCESSOS SOBRE COMPETÊNCIA.....	235
Da Reclamação.....	235
Do Conflito de Competência e de Atribuições.....	236
DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU DE ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO.....	236
DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	236
Do Habeas Corpus.....	236
Do Mandado de Segurança.....	237

DOS PROCESSOS ORIUNDOS DE ESTADOS ESTRANGEIROS.....	237
Da Homologação de Decisão Estrangeira.....	237
Da Concessão de Exequatur a Cartas Rogatórias	238
DAS AÇÕES ORIGINÁRIAS.....	238
Da Ação Rescisória.....	240
Da Revisão Criminal.....	240
DOS RECURSOS	240
Dos Recursos Ordinários.....	240
Do Recurso Ordinário em Habeas Corpus.....	240
Do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	241
Do Recurso Ordinário em Processos em que for Parte Estado Estrangeiro	241
Do Agravo em Recurso Especial	241
Do Agravo de Instrumento	241
Do Recurso Especial	241
Do Recurso Especial Repetitivo.....	242
Da Publicação do Acórdão.....	243
Da Revisão de Entendimento Firmado em Tema Repetitivo.....	243
Das Disposições Finais.....	243
Da Afetação de Processos à Sistemática dos Recursos Repetitivos e da Admissão de Incidente de Assunção de Competência em Meio Eletrônico	244
Dos Recursos de Decisões Proferidas no Tribunal.....	244
Do Agravo Regimental em Matéria Penal.....	244
Do Agravo Interno.....	244
Dos Embargos de Declaração	245
Dos Embargos de Divergência	245
DOS PROCESSOS INCIDENTES	245
Da Suspensão de Segurança, de Liminar e de Sentença	245
Da Suspensão de Processos em Incidente de Resolução de Demandas Repeti- tivas	246
Do Incidente e Assunção de Competência.....	246
Dos Impedimentos e da Suspeição	246
Da Habilitação Incidente	247
Da Tutela Provisória.....	247
Da Mediação	247
Da Desconsideração da Personalidade Jurídica	248
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	248
Da Eleição de Membros do Tribunal Superior Eleitoral	248
Da Disponibilidade e da Aposentadoria por Interesse Público.....	248
Da Verificação de Invalidez.....	248

DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL.....	248
Disposições Gerais.....	248
Da Carta de Sentença Penal.....	249
Do Cumprimento de Decisão do Tribunal que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública.....	249
Da Intervenção Federal nos Estados.....	250
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	250
DA SECRETARIA DO TRIBUNAL.....	250
DO GABINETE DO PRESIDENTE.....	251
DOS GABINETES DOS MINISTROS.....	251
DISPOSIÇÕES FINAIS.....	251
DAS EMENDAS AO REGIMENTO.....	251
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	252

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Perla Müller

1. Ética, função pública e setor público.....	255
2. Ética e moral.....	256
3. Princípios e valores.....	257
4. Democracia, cidadão e exercício da cidadania.....	258
5. Gestão ético-institucional.....	259
5.1. Gestão ético-institucional do STJ.....	260
6. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações: disposições gerais; atos de improbidade ad- ministrativa.....	261

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Robnei Stefanos

1. Conceito de desenvolvimento sustentável.....	265
2. Meio ambiente – Arts. 170 e 225 da Constituição Federal.....	266
3. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).....	268
3.1. Implantação da A3P.....	269
3.2. Eixos temáticos da A3P.....	270
3.3. Política dos 5 Erres.....	270
3.4. Banco de boas práticas da A3P.....	270
4. Política nacional de resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010).....	271
4.1. Disposições gerais da Lei nº 12.305/2010.....	271
4.2. Principais definições.....	271
4.3. Princípios.....	272
4.4. Instrumentos e objetivos.....	272
4.5. Diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos.....	274

4.6.	Planos de resíduos sólidos.....	274
4.7.	Proibições.....	275
5.	Política nacional de mudança climática (Lei nº 12.187/2009).....	276
5.1.	Princípios.....	276
5.2.	Objetivos.....	276
5.3.	Instrumentos da PNMC.....	277
5.4.	Instrumentos institucionais para a atuação da PNMC.....	278
6.	Resolução CNJ nº 201/2015.....	278
6.1.	Conceitos importantes.....	278
6.2.	Unidades e núcleos socioambientais.....	279
6.3.	Plano de logística sustentável – Do Poder Judiciário.....	280
6.4.	Comissão gestora.....	281
7.	Política de sustentabilidade no Superior Tribunal de Justiça – Portaria STJ nº 293/2012.....	281
7.1.	Princípios da PS/STJ.....	282
7.2.	Objetivos da PS/STJ.....	282
7.3.	Educação ambiental.....	282
7.4.	Consumo consciente.....	282
7.5.	Contratações de obras, serviços e compra de materiais.....	283
7.6.	Objetivos da coleta de resíduos sólidos.....	283
7.7.	Eficiência energética e uso racional de recursos hídricos.....	284
7.8.	Disposições finais.....	284
8.	Princípios de sustentabilidade nas licitações.....	284
8.1.	Lei nº 8.666/93: artigo 3º.....	284
8.2.	Decreto nº 7.746/2012.....	288
8.2.1.	Critérios e práticas sustentáveis.....	288
8.2.2.	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.....	289
8.2.2.1.	Competência da CISAP.....	290
8.2.2.2.	Competência da secretaria de gestão.....	290
8.2.3.	Plano de logística sustentável.....	290
9.	Critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação de serviços na administração pública – Instrução Normativa nº 5/2017.....	291

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Paulo Henrique Boldrin

1.	Estatuto da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015).....	295
1.1.	Pessoa com deficiência.....	297
1.2.	Conceitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	298
2.	Direito à igualdade e à não discriminação.....	300
2.1.	Atendimento prioritário da pessoa com deficiência.....	304

3. Direito à vida.....	305
4. Direito à habilitação e à reabilitação.....	306
5. Direito à saúde	307
6. Direito à educação.....	310
7. Direito à moradia.....	312
8. Direito ao trabalho.....	313
8.1. Habilitação e reabilitação profissional.....	315
8.2. Inclusão da pessoa com deficiência no trabalho.....	316
9. Direito à assistência social	317
10. Direito à previdência social	318
11. Direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer	319
12. Direito ao transporte e à mobilidade.....	320
13. Acessibilidade.....	323
13.1. Princípio do desenho universal.....	324
13.2. Premissas básicas de acessibilidade	325
13.3. Acessibilidade em edificações, vias e espaços públicos.....	325
13.4. Acesso à informação e à comunicação.....	326
13.5. Tecnologia assistiva	328
13.6. Participação na vida pública e política	329
14. Ciência e tecnologia.....	329
15. Acesso à justiça	330
16. Reconhecimento igual perante a lei	331
17. Crimes	334
18. Reflexos do estatuto da pessoa com deficiência nos demais ramos do direito.....	335
18.1. Direito do Trabalho	336
18.2. Direito Civil	337
19. Disposições finais e transitórias do estatuto da pessoa com deficiência	341
20. Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça.....	343
20.1. Acessibilidade no Poder Judiciário	343
20.2. Servidores com Deficiência	346
20.2.1. Inclusão de pessoa com deficiência no serviço público	346
20.2.2. Horário especial de trabalho.....	348
20.2.3. Servidores que tenham cônjuge, filho ou dependente com de- ficiência	348
20.2.4. Advertência	349

DIREITO ADMINISTRATIVO

Tiago e Marco Aurélio

1. Introdução ao direito administrativo.....	353
1.1. Natureza jurídica.....	353

1.2.	Conceito.....	354
1.3.	Objeto.....	355
1.4.	Fontes.....	356
1.5.	Sistemas administrativos.....	356
2.	Regime jurídico-administrativo.....	356
2.1.	Considerações gerais.....	356
2.2.	Pedras de toque.....	358
2.3.	Princípios constitucionais explícitos.....	359
2.3.1.	Princípio da legalidade.....	359
2.3.2.	Princípio da impessoalidade.....	360
2.3.3.	Princípio da moralidade.....	360
2.3.4.	Princípio da publicidade.....	361
2.3.5.	Princípio da eficiência.....	362
2.4.	Princípio constitucionais implícitos.....	362
2.4.1.	Princípio da finalidade.....	362
2.4.2.	Princípio da especialidade.....	363
2.4.3.	Princípio da autotutela.....	363
2.4.4.	Princípio da motivação.....	363
2.4.5.	Princípio da proporcionalidade/razoabilidade (proibição ao excesso).....	363
2.4.6.	Princípio da continuidade do serviço público (permanência).....	364
2.4.7.	Princípio da segurança jurídica (proteção à confiança).....	364
3.	Organização administrativa.....	364
3.1.	Administração pública: conceito, sentidos e princípios.....	364
3.2.	Administração direta, indireta, centralizada e descentralizada.....	365
3.3.	Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	366
3.4.	Outras nomenclaturas.....	369
3.5.	Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.....	370
3.6.	Entidades paraestatais (terceiro setor).....	371
4.	Atos administrativos.....	372
4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	372
4.2.	Elementos ou requisitos.....	373
4.2.1.	Vinculação e discricionariedade.....	376
4.2.2.	Mérito Administrativo.....	376
4.3.	Atributos.....	377
4.4.	Classificação.....	378
4.5.	Espécies.....	379
4.6.	Extinção. Revogação e anulação. Decadência administrativa.....	381
4.7.	Convalidação.....	382
4.8.	Atos inexistentes.....	382

5.	Processo administrativo – Lei nº 9.784/1999 e disposições doutrinárias aplicáveis.....	383
5.1.	Conceito doutrinário.....	383
5.2.	Finalidade da Lei nº 9.784/1999.....	383
5.3.	Princípios e critérios elencados expressamente na legislação.....	383
5.4.	Direitos dos administrados.....	384
5.5.	Deveres dos administrados.....	384
5.6.	Do início do processo.....	385
5.7.	Dos interessados.....	385
5.8.	Da competência.....	385
5.9.	Impedimentos e da suspeição.....	385
5.10.	Comunicação dos atos.....	386
5.11.	Da instrução.....	386
5.12.	Do dever de decidir.....	387
5.13.	Da motivação.....	387
5.14.	Da desistência e outros casos de extinção do processo.....	387
5.15.	Da anulação, revogação e convalidação.....	387
5.16.	Do recurso administrativo e da revisão.....	388
6.	Poderes e deveres da administração pública.....	388
6.1.	Conceito.....	388
6.2.	Espécies de Poderes Administrativos.....	389
6.2.1.	Poder Vinculado.....	389
6.2.2.	Poder Discricionário.....	389
6.2.3.	Poder Hierárquico.....	389
6.2.4.	Poder Disciplinar.....	390
6.2.5.	Poder de Polícia.....	391
6.2.6.	Poder Normativo ou Regulamentar.....	393
6.3.	Abuso de poder.....	393
6.4.	Deveres da administração pública.....	393
6.4.1.	Dever de agir.....	393
6.4.2.	Dever de eficiência.....	394
6.4.3.	Dever de probidade.....	394
6.4.4.	Dever de prestação contas.....	394
7.	Controle da administração pública.....	395
7.1.	Conceito.....	395
7.2.	Classificação das formas de controle.....	395
7.2.1.	Conforme a origem.....	395
7.2.2.	Conforme o momento a ser exercido.....	397
7.2.3.	Conforme a amplitude.....	397
7.3.	Controle exercido pela administração pública.....	398

7.4.	Controle Judicial	399
7.5.	Controle Legislativo.....	400
8.	Improbidade administrativa	402
8.1.	Fundamento constitucional, fundamento legal, conceito e natureza jurídica	402
8.2.	Sujeitos.....	402
8.3.	Atos de improbidade	403
8.4.	Sanções	406
8.5.	Procedimento	407
8.6.	Prescrição	408
9.	Agentes públicos e Lei nº 8.112/90	408
9.1.	Conceito.....	408
9.2.	Classificação	408
9.3.	Concurso público	410
9.4.	Estágio probatório	412
9.5.	Efetividade e Estabilidade (ordinária e extraordinária)	412
9.6.	Lei nº 8.112/90 – Considerações gerais	413
9.6.1.	Nomeação, posse e exercício	413
9.6.2.	Formas de provimento derivado.....	414
9.6.3.	Vacância.....	415
9.6.4.	Remoção e redistribuição	416
9.6.5.	Substituição	416
9.6.6.	Remuneração e vantagens pecuniárias.....	417
9.6.7.	Férias.....	419
9.6.8.	Licenças e afastamentos.....	419
9.6.9.	Direito de petição.....	420
9.6.10.	Deveres e proibições.....	421
9.6.11.	Acumulação de cargos, empregos e funções	422
9.6.12.	Responsabilidades.....	423
9.6.13.	Penalidades	424
9.6.14.	Processo administrativo disciplinar	425
10.	Licitações.....	426
10.1.	Legislação pertinente	426
10.1.1.	Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 10.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 10.1.3. Decreto nº 7.892/2013 (Sistema de Registro de Preços). 10.1.4. Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).....	426
10.2.	Conceito, objeto, finalidade e fundamentos constitucionais da licitação....	426
10.3.	Princípios.....	427

10.4.	Modalidades, procedimentos e destinatários da licitação.....	428
10.4.1.	Concorrência.....	428
10.4.2.	Tomada de Preço.....	429
10.4.3.	Convite.....	430
10.4.4.	Concurso.....	431
10.4.5.	Leilão.....	431
10.4.6.	Pregão (Lei nº 10.520/02).....	431
10.4.7.	Pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/2005).....	432
10.4.8.	Regime diferenciado de contratações públicas (Lei nº 12.462/2011).....	433
10.5.	Sistema de registro de preços (Decreto nº 7.892/2013).....	435
10.6.	Tipos de Licitação.....	436
10.7.	Prazos entre a publicação do instrumento convocatório e o dia do evento.....	437
10.8.	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.....	437
10.8.1.	Inexigibilidade de Licitação.....	437
10.8.2.	Dispensa da Licitação.....	438
10.9.	Revogação e anulação da licitação.....	441
10.10.	Da desistência e controle da licitação.....	441
10.11.	Sanções administrativas.....	442
11.	Contratos administrativos.....	443
11.1.	Legislação pertinente.....	443
11.1.1.	Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 11.1.2. Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos).....	443
11.2.	Conceito.....	443
11.3.	Características dos contratos administrativos.....	443
11.3.1.	Obediência à forma.....	443
11.3.2.	Onerosidade e bilateralidade.....	443
11.3.3.	Natureza de adesão.....	443
11.3.4.	Natureza <i>intuitu personae</i>	443
11.3.5.	Presença de cláusulas exorbitantes.....	444
11.4.	Alterações contratuais.....	445
11.5.	Execução do contrato administrativo.....	445
11.6.	Inexecução e rescisão do contrato.....	446
11.7.	Vigência do contrato administrativo.....	449
11.8.	Teoria da imprevisão.....	449
11.8.1.	Fato do Príncipe.....	449
11.8.2.	Fato da Administração.....	450
11.8.3.	Caso Fortuito ou Força Maior.....	450
11.9.	Consórcio Público (Lei nº 11.107/2005).....	450

11.10. Convênios e instrumentos congêneres.....	451
11.10.1. Da vedação a celebração de convênios e contratos.....	452
11.10.2. Do Chamamento público.....	453
11.10.3. Normas de celebração.....	453
11.10.4. Prestação de contas.....	454
11.10.5. Da denúncia e da rescisão	454
11.10.6. Do sistema de gestão de convênios e contratos de repasse – SICONV e do portal dos convênios	454
11.10.7. Da padronização dos objetos	455
12. Desapropriação.....	455
12.1. Conceito.....	455
12.2. Pressupostos, autorização constitucional, competência, procedimento e características fundamentais	456

DIREITO CONSTITUCIONAL

Paulo Lépore

1. Constituição. 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.4.1 Métodos, princípios e limites.....	463
2. Princípios fundamentais.....	475
3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coleti- vos. 3.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e ha- beas data. 3.3 Direitos sociais. 3.4 Nacionalidade. 3.5 Direitos políticos. 3.6 Partidos políticos.	477
4. Organização do Estado. 4.1 Organização político-administrativa. 4.2 Estado fe- deral brasileiro. 4.3 A União. 4.4 Estados federados. 4.5 Municípios. 4.6 O Distri- to Federal. 4.7 Territórios	512
5. Administração Pública. 5.1 Disposições gerais. 5.2 Servidores públicos	524
6. Organização dos poderes no Estado. 6.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 6.2 Poder Legislativo. 6.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições. 6.2.2 Fisca- lização contábil, financeira e orçamentária. 6.2.3 Tribunal de Contas da União (TCU). 6.4 Poder Judiciário. 6.4.1 Disposições Gerais. 6.4.2 Órgãos do Poder Ju- diciário. 6.4.2.1 Organização e competências. 6.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	531
7. Funções essenciais à Justiça. 7.1 Ministério Público. 7.2 Advocacia Pública. 7.3 Defensoria Pública.....	546
8. Defesa do Estado e das instituições democráticas	553
9. Sistema Tributário Nacional	555
10. Finanças públicas. 10.1 Normas gerais. 10.2 Orçamentos.....	558
11. Ordem econômica e financeira. 11.1 Princípios gerais da atividade econômica. 11.2 Sistema Financeiro Nacional.....	559

12. Poder constituinte. 12.1 Características. 12.2 Poder constituinte originário. 12.3 Poder constituinte derivado	560
13. Controle da constitucionalidade	563
14. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	580

DIREITO CIVIL

Plínio Moura

CAPÍTULO 1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	585
1.1. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	585
1.2. Vigência da Lei.....	585
1.3. Aplicação da Lei no Tempo	587
1.4. Aplicação da Lei no Espaço.....	589
1.5. Interpretação da Lei.....	589
1.6. Integração das Leis	590
CAPÍTULO 2. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS	593
2.1. Pessoa Natural. Conceito	593
2.2. Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica	593
2.3. Início da Personalidade Jurídica da Pessoa Natural	593
2.4. Fim da Personalidade Jurídica da Pessoa Natural.....	595
2.5. Capacidade Jurídica: Teoria das Incapacidades e Emancipação	596
2.6. Direitos da Personalidade	597
2.6.1. Características e Tutela Judicial dos Direitos da Personalidade	597
2.6.2. Proteção à integridade física.....	598
2.6.3. Proteção à honra, imagem, privacidade e intimidade.....	598
2.6.4. Proteção ao Nome	599
2.7. Pessoa Jurídica. Conceito	599
2.8. Início da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica	599
2.9. Direitos da Personalidade	600
2.10. Capacidade e Representação da Pessoa Jurídica	600
2.11. Desconsideração Extinção da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica....	601
CAPÍTULO 3. DOMICÍLIO	603
3.1. Domicílio Civil da Pessoa Natural	603
3.2. Domicílio Civil da Pessoa Jurídica.....	604
CAPÍTULO 4. BENS	605
4.1. Bens Jurídicos. Conceito	605
4.2. Bens Jurídicos. Espécies	605
4.2.1. Bens Considerados em si mesmos: classificação que leva em conta as características próprias do bem:	605

4.2.1.1.	Imóveis x Móveis (arts. 79-84).....	605
4.2.1.2.	Fungíveis x Infungíveis (art. 85).....	606
4.2.1.3.	Consumíveis x Inconsumíveis (art. 86)	606
4.2.1.4.	Divisíveis x Indivisíveis (arts. 87-88).....	606
4.2.1.5.	Singulares x Universalidades (arts. 89-91).....	606
4.2.2.	Bens Reciprocamente Considerados	606
4.2.2.1.	Principais x Acessórios.....	606
4.2.2.2.	Espécies de Acessórios	607
4.2.3.	Bens Públicos e Privados	608
4.3.	Bens Corpóreos e Incorpóreos	608
CAPÍTULO 5. TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO		611
5.1.	Teoria Geral do Fato Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos.....	611
5.2.	Negócio Jurídico.....	612
5.2.1.	Modalidades	612
5.2.2.	Requisitos e Forma: Os Elementos do Negócio Jurídico. Planos da Existência, validade e eficácia. Condição, termo e encargo.....	613
5.2.3.	Nulidade e Anulabilidade.....	615
5.2.4.	Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão	617
5.2.5.	Prova do Negócio Jurídico	619
5.2.6.	Prescrição e Decadência	620
CAPÍTULO 6. OBRIGAÇÕES		625
6.1.	Direito das Obrigações. Disposições Gerais.....	625
6.2.	Modalidades de Obrigações	627
6.2.1.	Classificação Geral	627
6.2.1.1.	Dar coisa certa.....	627
6.2.1.2.	Dar coisa incerta (arts. 243-246)	627
6.2.1.3.	Fazer e Não Fazer.....	627
6.2.2.	Classificações Especiais.....	628
6.2.2.1.	Cumulativas, Alternativas e Facultativas (arts. 252-256, do CC/02)	628
6.2.2.2.	Divisíveis x Indivisíveis.....	628
6.2.2.3.	Solidárias	629
6.2.2.4.	Obrigações de Meio, de Resultado e de Garantia	629
6.2.2.5.	Obrigações Cíveis e Naturais.....	630
6.2.2.6.	Obrigações de Execução Instantânea; Diferida e Periódica.....	630
6.2.2.7.	Obrigações Puras e Simples; Condicionais; a Termo e Modais	631

6.2.2.8.	Obrigações Líquidas e Ilíquidas	631
6.2.2.9.	Obrigações principais e acessórias	631
6.3.	Transmissão	631
6.3.1.	Cessão de Crédito	632
6.3.2.	Cessão de Débito ou Assunção de Dívidas	632
6.4.	Adimplemento e Extinção das Obrigações.....	632
6.4.1.	Teoria Geral do Pagamento	633
6.4.2.	Regras Especiais de Extinção	634
6.5.	Inadimplemento das Obrigações.....	634
6.5.1.	Inadimplemento Absoluto x Relativo	634
6.5.2.	Espécies de Mora e suas consequências.....	635
6.5.3.	Cláusula Penal	635
6.5.4.	Arras	635
CAPÍTULO 7. CONTRATOS		637
7.1.	Contratos	637
7.2.	Formação dos Contratos.....	637
7.3.	Garantias Legais: Evicção e Vícios redibitórios.....	638
7.3.1.	Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios.....	638
7.3.2.	Proteção do Adquirente em face de Evicção.....	639
7.4.	Extinção dos contratos e Teoria da Imprevisão	639
7.4.1.	Extinção Normal	639
7.4.2.	Extinção Anormal.....	640
7.4.2.1.	Extinção Anormal por Causas Antecedentes ou Concomitantes.....	640
7.4.2.2.	Extinção Anormal por Causas Supervenientes	640
7.5.	Espécies de contratos regulados no Código Civil.....	641
CAPÍTULO 8. RESPONSABILIDADE CIVIL		649
8.	Fundamentos da Responsabilidade Civil	649
8.2.	Elementos da Responsabilidade Civil	649
8.2.1.	Conduta Humana	649
8.2.2.	Nexo de causalidade	650
8.2.3.	Dano ou Prejuízo	650
8.2.4.	Culpa.....	651
8.3.	Excludentes da Responsabilidade Civil	651
8.4.	Transmissibilidade da Responsabilidade Civil	652
8.5.	Modalidades de Responsabilidade Civil e Reparação.....	652
8.5.1.	Responsabilidade Contratual x Aquiliana	652
8.5.2.	Responsabilidade Objetiva x Subjetiva.....	653

8.5.3.	Responsabilidade Civil na Obrigação de Meio e de Resultado	653
8.5.4.	Responsabilidade Solidária x Subsidiária	653
8.6.	Reparação Civil: Restituição Integral e Exceções	654
8.7.	Responsabilidade Civil do Incapaz.....	654
8.8.	Responsabilidade Civil Por Fato de Outrem, por Fato de Terceiro, Indireta ou Complexa (arts. 932-934, do CC)	654
8.8.1.	Pais em Relação aos Filhos menores sob autoridade e companhia	654
8.8.2.	Tutores e Curadores em Relação aos Tutelados e Curatelados.....	655
8.8.3.	Empregadores e Comitentes em Relação a Empregados e Comissários.....	655
8.8.4.	Donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.....	655
8.8.5.	Aqueles que recebem produto de crime gratuitamente.....	655
8.8.6.	Outras hipóteses legais e reconhecidas na jurisprudência.....	655
8.9.	Responsabilidade Civil por Fato da Coisa	656
8.9.1.	Empresário ou Sociedade Empresária em Relação ao Fato da Coisa.....	656
8.9.2.	Dono ou Detentor em Relação ao Fato do Animal	656
8.9.3.	Dono ou Construtor em Relação à Ruína de Edifício	656
8.9.4.	Habitante de Prédio ou parte dele em Relação às coisas lançadas em lugar indevido.....	656
8.10.	Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas	656
8.11.	Responsabilidade Civil por Crime	657
8.11.1.	Homicídio e Acidentes com evento morte	657
8.11.2.	Lesão Corporal e demais Acidentes Incapacitantes	657
8.11.3.	Crime Patrimonial	658
8.11.4.	Crime contra a Honra.....	658
8.11.5.	Crime contra a Liberdade Pessoal	658
CAPÍTULO 9. DIREITOS REAIS.....		659
9.1.	Disposições Gerais	659
9.2.	Espécies.....	660
9.2.1.	Propriedade.....	660
9.2.2.	Superfície	666
9.2.3.	Usufruto	667
9.2.4.	Uso.....	667
9.2.5.	Habitação	667
9.2.6.	Direito Real do Promitente Comprador	667
9.2.7.	Direitos Reais de Garantia	668
9.2.8.	Direito Real de Laje.....	670

CAPÍTULO 10. DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	673
10.1. Direito de Família. Disposições Gerais.....	673
10.2. Direitos Pessoais	674
10.2.1. Casamento.....	674
10.2.2. União Estável.....	676
10.2.3. Proteção à Pessoa dos Filhos. Guarda Compartilhada. Lei 11.698/2008 (com alterações da Lei n. 13.058/2014).....	677
10.2.4. Relações de Parentesco.....	678
10.3. Direitos Patrimoniais	679
10.3.1. Regimes de Bens do Casamento e Aplicação à União Estável.....	679
10.3.2. Usufruto e administração dos bens de filhos menores	682
10.3.3. Alimentos	682
10.3.4. Bem de Família.....	683
10.5. Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	685
CAPÍTULO 11. DIREITO DAS SUCESSÕES.....	687
11.1. Sucessão em Geral	687
11.2. Sucessão Legítima.....	687
11.2.1. Aceitação e Renúncia da Herança.....	688
11.2.2. Exclusão e Deserdação.....	689
11.2.3. Ordem de Vocação Hereditária	690
11.3. Sucessão Testamentária	692
11.3.1. Disposições Gerais	692
11.3.2. Espécies de Testamentos, Codicilos e Legados	693
11.3.3. Redução, Revogação e Rompimento.....	693
11.4. Inventário e Partilha	694
CAPÍTULO 12. DIREITO DO CONSUMIDOR.....	695
12.1. Disposições Gerais: a Relação de Consumo.....	695
12.2. Princípios de regência, interpretação e ônus da prova	696
12.3. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos	698
12.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	698
12.5. Práticas comerciais.....	699
12.6. Proteção contratual	700
12.7. Lei nº 9.656/1998 e suas alterações. O Disciplinamento dos Planos de Saúde	701
CAPÍTULO 13. REGISTROS PÚBLICOS.....	705
CAPÍTULO 14. DIREITO FALIMENTAR	709
CAPÍTULO 15. DIREITOS AUTORAIS.....	713

CAPÍTULO 16. DIREITO SOCIETÁRIO.....	719
16.1. Direito Societário.....	719
16.2. Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e a Desconsideração Inversa.....	719
16.3. Operações Societárias (Transformação, incorporação, fusão e cisão).....	721
16.4. Grupos econômicos.....	722
16.5. Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e suas alterações.....	723
16.5.1. Características gerais da sociedade anônima.....	723
16.5.2. Classificação.....	724
16.5.3. Constituição.....	724
16.5.4. Valores mobiliários, ações e o capital social.....	725
16.5.5. Administração da Sociedade, órgãos sociais e poder de controle.....	725
16.5.6. Lucros, reservas e dividendos.....	726
16.5.7. Dissolução e liquidação.....	727
CAPÍTULO 17. CONTRATOS BANCÁRIOS.....	729
17.1. Depósito Bancário.....	729
17.2. Mútuo Bancário.....	729
17.3. Desconto Bancário.....	730
17.4. Abertura de Crédito.....	730
17.5. Contrato de seguro.....	730
Referências Bibliográficas.....	731
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
<i>Prof. Luciano Alves Rossato</i>	
1. Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil.....	736
2. Normas Fundamentais do Processo Civil.....	736
2.1. O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear.....	736
2.2. Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial.....	736
2.3. Impulso Oficial.....	737
2.4. Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	737
2.5. Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito.....	738
2.6. Princípio da Duração Razoável do Processo.....	738
2.7. Princípio da boa-fé processual.....	739
2.8. Princípio da Cooperação Processual.....	739
2.9. Princípio da Isonomia.....	740
2.10. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	740
2.11. Princípio do Contraditório Dinâmico.....	741
2.12. Princípio da Fundamentação Analítica.....	741
2.13. Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica.....	742

2.14.	Princípio da Autonomia de Vontade das Partes e do Dispositivo em Sentido Processual	743
2.15.	Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico	744
2.16.	Garantias Constitucionais do Processo	744
2.17.	A Norma Processual Civil	744
2.17.1.	Definição de Lei Processual Civil.....	744
2.17.2.	Interpretação da norma processual	745
2.17.3.	Norma processual no tempo e no espaço	745
3.	Jurisdição	745
3.1.	Elementos conceituais.....	745
3.2.	Características.....	745
3.3.	Princípios.....	746
3.4.	Impedimento e suspeição.....	746
4.	A Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 4.2 Condições da ação. 4.3 Classificação.....	746
4.1.	Conceito, natureza, elementos e características	746
4.2.	Condições da ação	747
4.3.	Classificação	749
5.	Pressupostos processuais.....	749
6.	Preclusão	750
7.	Sujeitos do processo. 7.1 Capacidade processual e postulatória. 7.2 Deveres das partes e procuradores. 7.3 Despesas, dos honorários advocatícios e das multas. 7.4 Procuradores. 7.5 Sucessão das partes e dos procuradores	751
7.1.	Capacidade processual e postulatória.....	751
7.2.	Deveres das partes e procuradores	752
7.3.	Despesas, dos honorários advocatícios e das multas	753
7.4.	Procuradores	754
7.4.1.	Exigência da presença de advogado	754
7.4.2.	Dispensa do patrocínio por advogado.....	754
7.4.3.	Dispensa de apresentação da procuração pelo advogado.....	754
7.5.	Sucessão das partes e dos procuradores.....	754
7.5.1.	Admissibilidade da sucessão	755
7.5.2.	Alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular	755
7.5.3.	Sucessão processual decorrente da morte das partes	755
8.	Litisconsórcio.....	755
9.	Intervenção de terceiros.....	758
9.1.	Aspectos Gerais.....	758
9.2.	Da assistência.....	758
9.2.1.	Definição	758

9.2.2.	Modalidades de assistência.....	758
9.2.3.	Procedimento de ingresso do assistente.....	759
9.2.4.	Requerimento de assistência formulado pela União	759
9.3.	Da denunciação da lide.....	759
9.3.1.	Definição	759
9.3.2.	A provocação da denunciação da lide	760
9.3.3.	Cabimento da Denunciação da Lide	760
9.3.4.	Cumprimento da obrigação de pagar exigido diretamente pelo autor em face do denunciado	761
9.4.	Do chamamento ao processo.....	762
9.4.1.	Definição	762
9.4.2.	Da Admissibilidade do Chamamento ao Processo	762
9.4.3.	Da Sentença de Procedência	763
9.5.	<i>Amicus Curiae</i>	763
9.5.1.	Definição	763
9.5.2.	Limitação à Legitimação Recursal do <i>Amicus Curiae</i>	763
9.6.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	763
9.6.1.	Definição	763
9.6.2.	Desconsideração Requerida na Própria Inicial	764
9.6.3.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente.....	764
9.6.4.	Admissibilidade do Incidente	764
9.6.5.	Procedimento	764
10.	Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.....	765
11.	Ministério Público	766
11.1.	Hipóteses de atuação	766
11.2.	Atuação como fiscal da ordem jurídica	766
11.3.	Responsabilidade civil	767
12.	Advocacia Pública	767
13.	Defensoria Pública	767
13.1.	Papel da Defensoria Pública	767
13.2.	Prerrogativas	767
13.3.	Extensão da prerrogativa do prazo dobrado	767
13.4.	Responsabilidade civil	767
14.	Atos processuais	768
14.1.	Forma dos atos	768
14.2.	Tempo e lugar	768
14.3.	Prazos.....	769
14.4.	Comunicação dos atos processuais	770
14.5.	Nulidades	771
14.6.	Distribuição e registro	772

14.6.1.	Apontamentos gerais	772
14.6.2.	Protocolo da inicial x registro e distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento)	772
14.7.	Valor da causa	773
15.	Tutela provisória	773
15.1.	Tutela de urgência.....	773
15.2.	Da Tutela de Urgência. Disposições gerais.....	774
15.3.	A Tutela Antecipada requerida de forma antecedente	776
15.4.	Tutela da Evidência	776
16.	Formação, suspensão e extinção do processo	777
16.1.	Formação do processo	777
16.2.	Da Suspensão do Processo	778
16.3.	Extinção do Processo	779
17.	Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença	779
17.1.	Procedimento comum.....	779
17.2.	Disposições gerais.....	780
17.3.	Petição inicial	780
17.3.1.	Requisitos.....	780
17.3.2.	Juízo de admissibilidade	781
17.4.	Improcedência liminar do pedido.....	781
17.5.	Contestação, reconvenção e revelia	782
17.5.1.	Contestação	783
17.5.2.	Da Reconvenção	785
17.5.3.	Revelia	787
17.6.	Julgamento conforme o estado do processo	787
17.7.	Provas	789
17.7.1.	Objeto, fonte e meios	789
17.7.2.	Prova atípica e prova ilícita	789
17.7.3.	Ônus da prova	789
17.7.4.	Antecipação da prova.....	789
17.8.	Sentença e coisa julgada	790
17.8.1.	Sentença.....	790
17.8.2.	Coisa julgada.....	794
18.	Processos de execução.....	797
18.1.	Instrumentos postos à disposição do juiz para a efetividade da execução .	797
18.2.	Ato atentatório à dignidade da justiça	798
18.3.	Das partes	798
18.4.	Competência.....	799
18.5.	Requisitos para realizar qualquer execução	799

18.6.	Da Execução por quantia certa	799
18.6.1.	Disposições gerais.....	799
18.6.2.	Pré-penhora ou arresto no processo executivo	801
18.7.	Penhora.....	802
18.8.	Meios expropriatórios.....	802
19.	Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.....	805
19.1.	Disposições gerais.....	805
19.1.1.	Dever de estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência pelos Tribunais.....	805
19.1.2.	Conceito de precedente	806
19.1.3.	<i>Ratio Decidendi</i> : relevância prática de sua determinação	807
19.1.4.	Confrontação do precedente.....	807
19.1.5.	A superação total e parcial do precedente	810
19.1.6.	O processo de superação do precedente no CPC 2015	812
19.1.7.	A Modulação de Efeitos	814
19.2.	Ordem dos Processos.....	815
19.2.1.	Imediata Distribuição	815
19.2.2.	Prevenção do Relator.....	815
19.2.3.	Incumbências do Relator.....	815
19.2.4.	Intimação do Recorrente ou das Partes para Manifestação	816
19.2.5.	Sustentação Oral	816
19.2.6.	Do Julgamento do Recurso ou da Ação Originária.....	817
19.2.7.	Quórum Ampliado para o Julgamento	817
19.3.	Incidente de Assunção de Competência	819
19.3.1.	Natureza Jurídica.....	819
19.3.2.	Admissibilidade do Incidente	819
19.4.	Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	820
19.4.1.	Formas de reconhecimento da inconstitucionalidade.....	820
19.4.2.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo juiz de primeiro grau	820
19.4.3.	Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo tribunal.....	821
19.4.4.	Legitimidade para a arguição	821
19.4.5.	Cisão de competência	821
19.4.6.	Vedação de submissão do incidente ao plenário ou ao órgão especial	822
19.4.7.	Permissão de manifestação das pessoas jurídicas de direito público.....	822
19.4.8.	Intervenção dos legitimados à propositura de ação de controle de constitucionalidade	822
19.4.9.	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	822

19.5.	Conflito de competência	822
19.5.1.	As Espécies de Conflito de Competência	822
19.5.2.	Competência para o Julgamento	823
19.6.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	823
19.7.	Reclamação	825
19.7.1.	Natureza Jurídica e Finalidade.....	825
19.7.2.	Inadmissibilidade	825
19.7.3.	Reclamação para Observância de Precedente	826
19.7.4.	Transcendência dos Motivos Determinantes.....	827
20.	Recursos	827
20.1.	Teoria Geral dos Recursos.....	827
20.2.	Recursos em espécie.....	831
20.2.1.	Apelação.....	831
20.2.2.	Agravo de instrumento	833
20.2.3.	Agravo Interno	833
20.2.4.	Embargos de declaração	834
21.	Recursos para os Tribunais Superiores	835
21.1.	Recurso Ordinário	835
21.2.	Recursos extraordinário e especial	835
21.3.	Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	837
21.3.1.	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais	837
21.3.2.	A escolha dos recursos representativos da controvérsia	837
21.3.3.	Decisão de afetação	837
21.3.4.	Requerimento de destravamento – caso distinto	837
21.3.5.	Extensão da decisão proferida nos recursos afetados.....	837
21.4.	Agravo em recursos extraordinário e especial.....	838
21.5.	Embargos de divergência.....	838
22.	Mandado de segurança	838
22.1.	Prazo decadencial	838
22.2.	O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade.....	838
22.3.	Vedação da utilização do mandado de segurança	839
22.4.	Vedação da concessão de liminar	839
22.5.	Sentença proferida no mandado de segurança.....	839
22.6.	Mandado de Segurança Coletivo	839
23.	Ação Civil Pública.....	839
24.	Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	840

DIREITO PENAL

Danilo da Cunha Sousa

1.	Aplicação da Lei Penal.....	844
----	-----------------------------	-----

1.1.	Princípio da reserva legal e da anterioridade.....	844
1.2.	A lei penal no tempo e no espaço.....	845
2.	Teoria do Delito.....	847
2.1.	O fato típico e seus elementos	847
2.1.1.	Conduta.....	848
2.1.2.	Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.....	850
2.1.3.	Tipicidade.....	851
2.2.	Antijuricidade	852
2.3.	Culpabilidade.....	853
3.	<i>Iter criminis</i>	855
4.	Erro	856
5.	Do Concurso de Pessoas.....	857
6.	Das Penas	859
6.1.	Pena privativa de liberdade.....	859
6.2.	Penas restritivas de direito	860
6.3.	Pena de multa.....	861
6.4.	Cominação e aplicação da pena	861
6.5.	Concurso de crimes	862
6.6.	Suspensão condicional da pena (sursis)	863
6.7.	Livramento condicional	864
6.8.	Efeitos da condenação	865
6.9.	Reabilitação	866
6.10.	Medidas de segurança.....	866
7.	Ação Penal	867
8.	Extinção de Punibilidade.....	867
9.	Crimes contra a Pessoa	871
10.	Dos Crimes contra o Patrimônio.....	882
11.	Dos Crimes contra a Fé Pública	889
12.	Dos Crimes contra a Administração Pública	894
13.	Lei de Execução Penal	911
14.	Lei nº 4.898/1965 (abuso de Autoridade).....	913
15.	Lei nº 10.028/2010 (Crimes contra as finanças públicas).....	914
16.	Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990).....	916
17.	Crimes Hediondos	917
18.	Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e alterações).....	918
19.	Crimes de Tortura.....	919
20.	Lei de Drogas.....	920
21.	Lei Maria da Penha.....	922
22.	Lei de Crime Organizado.....	923
23.	Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	924

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Danilo da Cunha Sousa*

Índice	929
1. Princípios e sistemas processuais PENALIS	930
2. Aplicação da lei processual PENAL	932
2.1. Interpretação e integração da norma processual penal	932
2.2 IMUNIDADES PROCESSUAIS PENALIS	933
3. INQUÉRITO POLICIAL	934
4. AÇÃO PENAL E SUAS ESPÉCIES	936
4.1. Denúncia, Queixa-crime e Representação	939
5. Ação civil <i>Ex Delicto</i>	940
6. Jurisdição e competência	940
7. Questões processuais, incidentes e exceções.....	944
8. DIREITO PROBATÓRIO.....	946
8.1. Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).....	949
9. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.....	950
10. Da Prisão e demais Medidas Cautelares E DA Liberdade Provisória.	951
10.1. Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária)	954
11. Atos de comunicação no processo – Das citações e intimações	955
12. Atos Processuais	957
13. Nulidades	961
14. Dos processos em espécie	962
15. Ações autônomas de impugnação.....	968
16. Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	972

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

1. Apresentação.....	977
2. Edital sistematizado	977
1. Seguridade Social	978
1.1. Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios	978
Organização: Saúde, Assistência e Previdência Social	980
2. Custeio da Seguridade Social	983
2.1. Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição	984
3. Regime geral de previdência social	990
3.1. Segurados e dependentes	990
3.2. Filiação e inscrição	996
3.3. Carência	998

3.4	Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas	999
3.5.	Salário-de-benefício	1011
3.6.	Renda Mensal Inicial	1011
3.7.	Reajustamento e revisão	1011
3.8.	Prescrição e decadência	1012
3.9.	Acumulação de benefícios	1012
3.10.	Justificação	1012
3.11.	Ações judiciais em matéria previdenciária	1013
3.12.	Acidente de trabalho	1015
4.	Regime próprio de previdência dos servidores públicos	1017
5.	Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira	1020
6.	Previdência Complementar	1021
7.	Jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores.....	1023

DIREITO TRIBUTÁRIO

Alan Martins

Dimas Yamada Scardoelli

1.	Poder de tributar e competência tributária.....	1037
1.1.	Sistema Tributário Nacional.....	1041
1.2.	Princípios constitucionais tributários.....	1042
2.	Norma tributária: classificação dos impostos.....	1045
3.	Obrigação tributária: espécies, fato gerador, sujeito ativo e passivo, solidariedade, responsabilidade, imunidade e isenção	1048
4.	Crédito tributário: constituição, suspensão da exigibilidade e extinção; garantias e privilégios, substituição tributária.....	1066
5.	Pagamento e repetição do indébito tributário	1074
5.1.	Decadência e prescrição do crédito tributário	1078
5.2.	Consignação em pagamento.....	1079
6.	Tributos e suas espécies	1080
7.	Tributos federais, estaduais e municipais (noções fundamentais).	1086
8.	Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).....	1115
9.	Lei nº 5.172/1976 (Código Tributário Nacional)	1120
10.	Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.....	1120